



Projeto de Lei nº 142/2025

### PARECER JURÍDICO

#### **1 - DA SÍNTESE DO PROJETO DE LEI**

Trata-se de parecer previsto no art. 184, §1º do Regimento Interno desta Casa de Leis sobre o exame prévio de constitucionalidade do Projeto de Lei que **"Altera e Republica o anexo de metas fiscais que compõe a Lei n.º 4.259, de 18 de setembro de 2025 - Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para o exercício de 2026"** proposta pelo Excelentíssimo Prefeito Interino Sr. Haroldo Rodrigues Jesus Neto.

Como justificativa apresentada, o Excelentíssimo Prefeito destacou que o Projeto de Lei em análise trata da revisão da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2026, instituída pela Lei n.º 4.529/2025.

Ressaltou, ainda, a relevância da LDO como instrumento essencial de planejamento, responsável por estabelecer a conexão entre o Plano Plurianual (PPA) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

Enfatizou também que a LDO é peça fundamental para assegurar o funcionamento adequado do setor público e o equilíbrio entre receitas e despesas, ao delimitar de forma clara o que poderá ser realizado no ano seguinte, em conformidade com os recursos orçamentários previstos.

Diante disso, requereu seja a tramitação e votação **em regime de prioridade**, em conformidade com o art. 237 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Itaguaí.

Lido e analisado o referido projeto, passamos a opinar em caráter estritamente técnico, sem interferir na questão de mérito propriamente dita, de competência plenária.

#### **2 - DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA DO PARECER**

O projeto de lei proposto, sob a ótica jurídica, é constitucional.

**Câmara Municipal de Itaguaí**

Rua Anália Louzada, 277 - Centro | CEP: 23815-180 / Itaguaí-RJ



É importantíssimo destacar que analisando sob a ótica do art. 22, da Constituição Federal que trata da competência privativa da União Federal, não está aquela que é objeto do presente projeto de lei, que trata de orçamento municipal.

Segundo a Constituição Federal de 1988, em seu art. 24, é competência concorrente entre União, Estados e Município legislar sobre direito tributário. Então vejamos:

*"Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:*

*I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;*

*(...)*

*§ 1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais".*

No tocante a iniciativa para o processo legislativo, por sua vez, também está adequada, visto que o Projeto de Lei nº 142/2025 altera e republica o anexo de metas fiscais que compõe a Lei n.º 4.259, de 18 de setembro de 2025 – Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para o exercício de 2026", tratando eminentemente de política tributária municipal, nos termos do artigo 165, da CRFB/88.

*"Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:*

*I - o plano plurianual;*

*II - as diretrizes orçamentárias;*

*III - os orçamentos anuais."*

Os projetos de leis, sejam da iniciativa privada, reservada ou vinculada da Mesa, do Prefeito, ou mesmos os de iniciativa concorrente dos Vereadores, apresentados à Câmara Municipal, submetem-se aos trâmites do processo legislativo e do Regimento Interno, quais sejam: Discussão, Votação, Sanção e Veto.

Na fase de Discussão, estes Projetos podem receber emendas destinadas a suprimir, substituir, aditiva ou modificar o texto, seja formal ou substancialmente, podendo serem apresentadas por qualquer Vereador, pela Mesa Diretora ou pelo Prefeito, nos Projetos que sejam de iniciativa deste.

A Carta Magna Brasileira, em seu art. 2º, reflete a já consagrada teoria da Separação dos Poderes, criada pelo Barão de Montesquieu (em sua obra mais conhecida "O espírito das Leis" de 1748).

**Câmara Municipal de Itaguaí**

Rua Amélia Louzada, 277 - Centro | CEP: 23815-180 / Itaguaí - RJ





No mecanismo de Montesquieu, cada órgão desempenha uma função ímpar e, concomitantemente, a atividade de cada uma caracteriza uma forma de limitação da atividade do outro.

É justamente o sistema de independência entre os órgãos dos poderes e o inter-relacionamento de suas atividades, chamado pela doutrina americana de "sistema de freios e contrapesos".

Na seara municipal esta independência e harmonia dos Poderes está ratificada pelo relacionamento intrínseco dos Poderes Executivo e Legislativo, seja na propositura de leis pelo Executivo através de atos próprios, seja na fiscalização destes atos pelo Legislativo.

O Exmo. Sr. Prefeito fez uso de sua atribuição, prevista no art. 75 da Lei Orgânica do Município de Itaguaí, ao propor Lei que trata de interesse local.

### 3 – CONCLUSÃO

Diante do exposto, não havendo o vício de iniciativa ou de legalidade, ante a legitimidade do Poder Executivo em propor leis tendo em vista que lhe compete privativamente, a iniciativa das leis orçamentárias, dispondo sobre o direito financeiro na Administração Pública Municipal, **opinamos pela legalidade e constitucionalidade** da propositura do contemporâneo Projeto de Lei para que seu mérito seja discutido em plenário.

Este é o parecer que submetemos à Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação.

Itaguaí, 15 de dezembro de 2025.

**Carlos André Franco M. Viana**  
Procurador-Geral da Câmara  
OAB/RJ 166.542 – Matr. 35.286

**Camilla Kyanne P. Lamoço**  
Subprocuradora de Processos  
OAB/RJ 210.245 – Matr. 35.287